



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 9 de janeiro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO A ameaça chinesa.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Diversificar as exportações.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO TV Brasil quer sair do traço	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Cláudio Humberto	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Dilma destaca boa fase da economia brasileira em programa de rádio.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Governo quer votar temas mais polêmicos até maio.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VEICULAÇÃO LOCAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO A ameaça chinesa	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MARCILIO R. MACHADO

A previsão de entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro em razão das expectativas favoráveis da economia do Brasil é motivo de preocupação.

As mudanças demográficas que têm ocorrido no País com a inserção de milhões de brasileiros no mercado de consumo e a necessidade de efetuar investimentos em obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos têm atraído a atenção de investidores de todo o mundo.

Acrise atual, principalmente na Europa, com consequente ajuste fiscal, pode implicar uma recessão naquele continente ou, na melhor das hipóteses, um baixo crescimento econômico que pode durar alguns anos. O cenário de recessão no Hemisfério Norte pode ocasionar um aumento da concorrência entre os países emergentes e fazer com que haja maior infiltração de produtos chineses, que têm vantagem competitiva baseada em custos baixos. Poderão as empresas brasileiras sobreviver diante da competição chinesa? A China é o maior parceiro comercial do Brasil e as empresas chinesas, alavancadas principalmente em vantagem de custos, expandiram a sua participação no País. Os pesquisadores Akhter e Barcelos desenvolveram um estudo com o intuito de analisar a maneira como as empresas brasileiras estão respondendo a esses desafios.

A pesquisa indica que os executivos brasileiros têm respondido por meio de mudança na estratégia de suas organizações, enfocando uma orientação maior voltada para o cliente. De um modo geral, o desempenho da maioria das empresas foi positivo, enquanto a lucratividade foi reduzida. Isso significa riscos para as empresas, pois o lucro pode exprimir, em muitos casos, o custo de estar no negócio e a garantia de emprego no futuro.

Houve mudanças de estratégia em diferentes áreas de marketing, tais como segmentação, posicionamento, construção de marcas e relacionamento com os clientes.

Também algumas empresas buscaram consolidar a sua posição no mercado, enquanto outras tentam se expandir internacionalmente.

Mas isso seria suficiente para sustentar um aumento da intensidade competitiva resultante de uma provável recessão

na Europa, que é o destino principal dos produtos chineses? Os autores sugerem que os executivos brasileiros terão de investir em inovação de processos e produtos, pois isso lhes permitirá escapar da concorrência de um mercado onde o preço é um fator determinante de sucesso. O foco em inovação permitirá que as empresas possam subir na escala de valor agregado para competir com elementos não baseados em preços.

Quando se trata de competição com a China, a Alemanha pode servir como um exemplo a ser imitado.

Com exceção da China, a Alemanha foi o único país que conseguiu aumentar a participação de suas exportações no mercado internacional. Possuidora de indústrias com mais de cem anos de existência, os alemães investiram em inovações contínuas e modernizaram suas indústrias.

Com excelentes universidades técnicas, melhoraram processos e voltaram a ocupar o topo do setor industrial. Os alemães reformaram a sua legislação trabalhista de modo que se transformasse na mais flexível do planeta. O trabalhador alemão, por exemplo, pode trabalhar de zero a 60 horas por semana, o que lhes dá uma grande vantagem.

Embora tenha perdido a posição de maior exportador mundial para a China, a Alemanha continua apresentando resultados expressivos nas suas exportações de manufaturados. O pesquisador Hermann Simon relata que, diferentemente do que muitos imaginam, as empresas líderes de mercado mundial na Alemanha são de tamanho médio. Segundo sua estimativa existem 2.500 empresas líderes de mercado em todo o mundo, e 1.200 delas se encontram na Alemanha. Essas empresas participam de 25% do total exportado pelo país. A maioria delas é familiar e localizada em comunidades rurais. Elas competem por meio de valor superior, e não custos, e se colocam próximas do mercado para obter feedback para inovação.

Simon constatou que, também na China, 68% do total das exportações é proveniente de empresas com menos de 2 mil empregados, e não de grandes corporações.

O famoso economista Schumpeter foi o primeiro a defender que apenas por meio da inovação e do empreendedorismo pode um negócio, com exceção de um monopólio governamental, sobreviver o longo prazo.

Além disso, ele foi bem claro ao enfatizar que a inovação e o empreendedorismo podem ocorrer nas grandes, médias e pequenas empresas, apesar da existência de obstáculos burocráticos.

O seu legado também indica que quase todos os negócios um dia falham e falham por falta de inovação. São muitas as barreiras às inovações, tais como as resistências e incertezas de fazer algo que não estava sendo feito anteriormente.

Entretanto, como reportou Schumpeter, inovação requer desequilíbrio contínuo liderado por empresários obcecados com aquilo que estão fazendo. Inovação seria, então, não uma proeza do intelecto, mas do desejo, da vontade, da força de uma liderança.

Surpreendentemente, alguns setores empresariais pressionam o governo brasileiro por proteção para que não haja um aumento de sua capacidade ociosa decorrente, principalmente, da entrada de produtos estrangeiros, vindos principalmente da China. Na realidade, as pressões às quais as empresas brasileiras estão sujeitas requerem muito mais do

que o retorno do protecionismo exacerbado contra a concorrência internacional.

A imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias pode ocultar algumas deficiências de algumas empresas e atrasar os investimentos em inovação necessários para que elas possam competir com igualdade de condições quando a crise atual passar.

Diferentemente de aumentar o protecionismo, recomenda-se reduzir a burocracia brasileira de modo que, como na China e na Alemanha, as pequenas e médias empresas possam ser inseridas no esforço de **exportar** produtos com maior valor agregado.

MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE **COMÉRCIO** EXTERIOR DO Brasil (AEB), DIRETOR DA FAMEX **IMPORTADORA** E **EXPORTADORA**, É DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PELA NOVA SOUTHEASTERN UNIVERSITY Carlos Alberto Sardenberg está em férias.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Diversificar as <u>exportações</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Do resultado da balança comercial brasileira em 2011, quando o superávit alcançou inesperados US\$ 29,8 bilhões, a China foi responsável por nada menos do que 39%. O saldo positivo para o Brasil no comércio com os chineses no ano passado foi de US\$ 11,5 bilhões, mais do dobro do superávit de 2010, de US\$ 5,1 bilhões (aumento de 125%).

Esses resultados são auspiciosos - além de responsável por boa parte do superávit, a China tornou-se o maior comprador de produtos brasileiros -, mas também trazem alguns sinais de alerta para o governo brasileiro.

Eles mostram que o Brasil se tornou altamente competitivo nos mercados de produtos primários e semimanufaturados, dos quais a China é grande importador, mas vem perdendo espaço nas exportações de produtos manufaturados.

"O desafio agora é diversificar nossa pauta exportadora", reconheceu a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Tatiana Lacerda Prazeres, ao comentar os números do comércio entre Brasil e China, em entrevista ao canal estatal de televisão NBR.

Os números do comércio bilateral nos últimos anos mostram um crescimento muito rápido e uma tendência à concentração das exportações brasileiras em produtos primários e semimanufaturados e das vendas chinesas em produtos industrializados.

Em 2000, as exportações brasileiras para a China somaram US\$ 1,1 bilhão (2% das exportações totais do País) e as importações originárias daquele país somaram US\$ 1,2 bilhão (2% do total importado pelo Brasil naquele ano). Em 2011, o Brasil exportou para a China produtos no valor de US\$ 44,3 bilhões (17,3% do total) e de lá importou US\$ 32,8 bilhões (14,5% do total das importações).

Em 2000, os produtos básicos representavam 68% da pauta de exportações do Brasil para a China; em 2010, passavam de 84%, e minérios, oleaginosas e combustíveis minerais respondiam por cerca de três quartos das nossas vendas para aquele país. Nos primeiros anos da década

passada, os produtos manufaturados chegaram a responder por quase 30% das exportações brasileiras para a China. Desde 2007, no entanto, representam menos de 10% do total e sua participação vem declinando.

Do lado das importações brasileiras, os produtos industrializados representavam 91% do total importado em 2000 e, em 2010, alcançavam praticamente a totalidade, com 98%.

Os produtos chineses mais importantes na lista das importações brasileiras são máquinas e aparelhos elétricos, caldeiras e máquinas mecânicas e produtos químicos orgânicos.

Ao contrário das exportações, porém, as importações de produtos chineses são diversificadas. Incluem, além dos produtos líderes, itens como tecidos de malha, ferro e aço, cerâmicos, veículos e tratores, móveis, plásticos e outros.

A persistência da crise econômica mundial já reduziu a demanda no exterior por produtos brasileiros e derrubou as cotações de importantes produtos da pauta de exportações do País. Em dezembro, o preço do minério de ferro, principal item de nossa pauta, era 1,8% menor do que em dezembro de 2010. Outros importantes produtos de exportação também registravam forte redução de preços, como celulose (queda de 9,5%) e soja em grão (recuo de 5%).

Esses dados estão sendo examinados com apreensão pelos técnicos do MDIC, pois, se mantida a tendência de queda dos preços, as exportações brasileiras serão fortemente atingidas em 2012. Além disso, há o risco de a economia chinesa reduzir de maneira notável seu crescimento, o que, pelo papel que a China passou a ter no comércio exterior brasileiro, igualmente afetaria a balança comercial.

Por causa disso, o governo já anunciou que prepara, para divulgar ainda no primeiro trimestre, um conjunto de medidas de estímulo às exportações de produtos manufaturados para reduzir a dependência da balança comercial dos produtos primários e semimanufaturados.

O objetivo é aumentar a competitividade e reduzir custos, especialmente os financeiros. Há tempos os exportadores pedem medidas nessa direção.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO TV <u>Brasil</u> quer sair do traço		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sinal e Ibope estão no alvo do novo presidente da emissora

Entrevista Nelson Breve

Diretor-Presidente da EBC

Cristina Padiglione

De que adianta acreditar que sua mensagem é boa, se ela mal chega à massa? Essa é a premissa de trabalho do novo diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o jornalista Nelson Breve, para a TV Brasil, rede pública de televisão federal criada há quatro anos. O primeiro passo é admitir graves problemas com o sinal de transmissão, o que já motiva uma obra em Brasília para promover a troca do Rio pela capital federal como sede da emissão do sinal. Também quer saber quem são e quantos são seus espectadores em todo o País, termômetro que o Ibope ainda não lhe dá com precisão.

Na última sexta-feira, Nelson Breve emprestou duas horas de sua agenda ao Estado, no bairro da Vila Leopoldina, onde ficam os estúdios da TV Brasil em São Paulo. Eis um resumo da nossa conversa:

O Boni (ex-vice-presidente na Globo) disse no Roda Viva que desistiu de ser conselheiro da TV Brasil porque, ao chegar à primeira reunião, houve um atraso de duas horas. Passou a ideia de um negócio muito desorganizado.

Eu tenho certeza, lendo o livro dele, que o início da TV Globo foi muito mais bagunçado do que o início da TV Brasil. Hoje, as Organizações Globo são muito mais organizadas. Estamos começando agora, atrasados, é verdade, mas ele está certo em muito do que diz sobre a comunicação pública.

Quando diz que a TV pública precisa ter cara de televisão?

Acho que ele tem razão quando diz que nós temos de fazer uma programação de qualidade. O modelo de qualidade no Brasil é a TV Globo, mas ele diz: "O conteúdo tem que ser diferente". E é verdade. A TV privada dificilmente vai apostar em determinados conteúdos. Eu reforço a programação infantil. Não tem nenhuma programação infantil na TV aberta brasileira com a qualidade da TV Brasil.

Nem a TV Cultura?

Mas a TV Cultura tem uma quantidade menor. A TV Cultura tem uma boa presença aqui, mas nós temos uma rede.

Mas o sinal, o áudio, em especial, ainda é muito ruim. Há como resolver esse problema? Se não tivesse como resolver, eu não estaria nem aqui. Toda a nossa cadeia produtiva está em digital. Temos transmissores novos, mas como não há exibidores digitais, fizemos uma licitação e já estamos contratando. Ocorre que houve um recurso na licitação e não consegui usar o orçamento do ano passado para isso. Mas não é só. De onde sobe o sinal? Sobe do Rio. Para subir, o caminho até as torres de transmissão é tão complicado - os técnicos já percorreram esse caminho muitas vezes e não encontram o problema. Então, estou preparando a subida do sinal por Brasília. A gente está tentando terminar uma obra lá. Sempre tem licitação, a empresa não dá conta, tem que refazer... A subida do sinal em Brasília depende dessa obra.

Fica pronta ainda este ano?

Olha, eu estou terminando a obra, mas não tenho condições de prometer nada para este ano porque no ano passado nós tivemos um corte no nosso orçamento de R\$ 73 milhões.

Qual o orçamento da TV hoje?

R\$ 400 milhões. Três quartos vêm do tesouro e um quarto vem de receita própria. A receita vem do serviço que a gente presta ao **Governo Federal**.


A necessidade de licitar tudo não vai contra o ritmo da TV?

É muito complicado. Qual é o nosso principal problema agora? Tecnologia da informação. Tem que investir muito em aplicativos. E a cada seis meses aparece uma novidade que suplanta a outra. Aí você faz uma licitação que vale por 60 meses e 6 meses depois está amarrado a uma tecnologia que não serve mais. Nossa área de **desenvolvimento** é pequena. Fizemos um concurso, mas a gente não consegue que um cara de ponta na área do **desenvolvimento** de softwares de aplicativos trabalhe por R\$ 1.800 iniciais.

Qual é a audiência da TV Brasil hoje, no País todo?

A gente faz o que acha que é uma boa programação, mas precisamos fazer com que essa programação seja vista. Aqui, em São Paulo, nossa audiência é baixíssima - 0,1 ponto (porcentual). A questão da "TV Traço" é uma realidade. No Rio, a gente tem 0,7. Em Brasília, 0,3. Mas no Rio o canal é TV educativa há muito tempo. No PNT (Painel Nacional de TV do Ibope), temos 0,2 ponto, mas isso considera a TV Brasil só em

São Paulo, Rio e Brasília. As TVs educativas, privadas e universitárias que carregam nossa programação em todo o País não são computadas como TV Brasil. O Ibope alega que é um negócio meio complicado, mas vamos tentar resolver. Não é para a gente se valorizar, é para saber aonde a gente chega. Eu quero me comparar, quero ver o que está sendo recebido. O que não pode ser medido não pode ser avaliado.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Cláudio Humberto		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Superintendente

O ministro interino Alessandro Teixeira
(**Desenvolvimento**) empossa amanhã, em **Manaus**, o novo

Superintendente da **Suframa**, Thomaz Nogueira. A nomeação foi antecipada nesta coluna.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma destaca boa fase da economia brasileira em programa de rádio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Objetivo é garantir aos brasileiros mais renda e mais emprego, disse.

Presidente ainda falou do novo salário mínimo e do reajuste da tabela do IR.

A presidente Dilma Rousseff disse na manhã desta segunda-feira (9), durante seu programa de rádio Café com a presidenta, que o aumento do salário mínimo de R\$ 545,00 para R\$ 622,00 vai criar mais demanda para a nossa indústria, o nosso **comércio** e o setor de serviços, mantendo o dinamismo e a roda da nossa economia.

De acordo com a presidente, são quase 40 milhões de brasileiros diretamente beneficiados. Este aumento vai fazer circular cerca de R\$ 47 bilhões na economia por causa do salário mínimo, disse.

Dilma também destacou o reajuste da tabela do Imposto de Renda em 4,5%, que vale a partir deste mês. São 25 milhões de contribuintes pagando menos imposto. Com o reajuste da tabela, 800 mil pessoas ficaram isentas.

A presidente ainda disse que está convencida de que 2012 será um bom ano para a economia brasileira. Nos orgulha muito sermos a sexta maior economia do mundo, mas o nosso objetivo é garantir aos brasileiros mais renda e mais emprego, finalizou.

veja também Ministro da Integração dá explicações sobre suposta prática de nepotismo

O irmão de Fernando Bezerra é presidente de uma empresa subordinada ao **Ministério**. Ministro já vem enfrentando críticas de favorecimento na distribuição de recursos da pasta.


Sat Jan 07 2012 21:47:50 -0300 07/01/2012
Ministério da Integração Nacional nega acusação de nepotismo

Irmão do ministro Fernando Bezerra Coelho preside Codevasf há um ano. Casa Civil nega nepotismo e diz que irmão assumiu interinamente o cargo.

Sat Jan 07 2012 21:24:32 -0300 07/01/2012 Em nota, Integração nega favorecimento no **Ministério**

Nota afirma que deputado, filho de Fernando Bezerra, não foi beneficiado. Ministro deve iniciar a semana dando explicações sobre denúncias.

Sat Jan 07 2012 20:00:30 -0300 07/01/2012
Bezerra deve ter encontro com Dilma e pode ir ao Congresso
Sat Jan 07 2012 13:16:50 -0300 07/01/2012

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Governo quer votar temas mais polêmicos até maio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na lista estão Previdência dos servidores, Lei da Copa, além da antológica revisão do Código Florestal

Ruy Barata Neto

O aprofundamento da crise econômica nos países europeus pode acabar emperrando a agenda de votações no Congresso Nacional neste ano.

De acordo com o ritmo dos desdobramentos da recessão internacional, o governo deve editar novas medidas para proteger as empresas nacionais e estimular o crescimento da economia, o que naturalmente exigirá uma tramitação rápida no legislativo.

O maior desafio para a base governista será conciliar as novas urgências de 2012 com as pendências de 2011 em um espaço de tempo limitado pelo calendário eleitoral.

Neste ano, os parlamentares voltarão do recesso no próximo dia 2 de fevereiro e quatro meses depois começam a esvaziar os corredores de Brasília para acompanhar o desenrolar das eleições municipais, em outubro.

O tempo restrito em 2012 preocupa o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). Segundo ele, será necessário concentrar a votação dos temas prioritários, principalmente os de cunho econômico, até maio para que os debates não sejam contaminados pelas disputas eleitorais. "A Câmara precisará trabalhar muito para evitar que os temas mais **importantes** coincidam como calendário das eleições municipais", diz Vaccarezza.

Já para o senador Romero Jucá (PMDB-RR), também líder da base governista, será necessário aguardar as medidas que deverão ser tomadas pelo governo no enfrentamento da crise externa, mas ele não vê o calendário eleitoral como um empecilho ao ritmo das votações.

Segundo ele, as eleições municipais interferem menos na agenda de votações do Senado.

Urgências

Na agenda das pendências de 2011 estão temas difíceis de chegar a um consenso, como os da reestruturação dos critérios de distribuição de recursos do Fundo de

Participação dos Estados (FPE), considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a partilha dos royalties do petróleo, que pode prejudicar os municípios do Rio de Janeiro - grande base eleitoral do governo. O projeto em tramitação prevê que os royalties sejam pagos também aos estados que não têm poços de petróleo, proposta combatida por estados produtores como Rio e Espírito Santo. Ambos pedem intervenção do STF no tema, alegando inconstitucionalidade do tema.

Os dois temas atingem diretamente os cofres de estados e municípios.

Somente o impasse em torno do FPE compromete uma receita anual de R\$ 49 bilhões, distribuídos aos estados brasileiros. Já os royalties do petróleo podem gerar arrecadação para estados e municípios de R\$ 28 bilhões já em 2012.

Como se não bastasse, o Planalto sofrerá pressões para aprovar o projeto de lei que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp). O governo chegou a fazer um esforço no final de 2011 para tentar aprovar a matéria na Câmara, mas a votação acabou sendo adiada para fevereiro deste ano. No entanto, pesa ainda sobre o texto indefinição em torno da alíquota de participação da União no fundo. A Fazenda quer fixá-la em 7,5%, percentual baixo para os sindicatos que pressionam por um aumento para até 8,5%. O valor poderia prejudicar as contas do governo em 2012.

Junto com o Funpresp, precisarão de solução logo no começo do ano pelo menos dois projetos de leis que se tornaram vedetes da mídia em 2011: o já antológico Código Florestal - que voltou para a Câmara após aprovação no Senado - e a Lei Geral da Copa - recheada de polêmicas que coloca em campos opostos a Federação Internacional de Futebol (Fifa) e o Executivo.

Há ainda incógnitas como o Código de Ciência e Tecnologia Em meio à troca de representantes da pasta do **Ministério** da Ciência e Tecnologia fica incerto o encaminhamento do projeto. A proposta dispõe sobre novas regras de contratação nas universidades, integração de

instituições de pesquisa com empresas e licenciamento de patentes.

As empresas precisam ficar de olho na proposta que pode ampliar os benefícios tributários para quem investe em pesquisa e inovação.

O QUE VAI MOBILIZAR O CONGRESSO EM 2012

DEVE EMPERRAR

O governo usará a força de sua maioria para barrar os projetos que aumentam os gastos públicos.

Entre os que devem permanecer na gaveta está a criação do piso salarial de policiais militares e bombeiros (PECs 446/09 e 300/08).

INCÓGNITAS

Marco Regulatório da Mineração: o tempo apertado para votações pode prejudicar a apreciação do tema.

Código de Ciência e Tecnologia: em meio à troca de representantes da pasta do **Ministério** da Ciência e Tecnologia fica incerto o encaminhamento que o governo dará sobre o projeto de lei, previsto para ser encaminhado ainda este ano para o Congresso

Conselho Nacional de Justiça: a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que restringe os poderes do CNJ, no final do ano passado, fará com que um projeto de lei do Senado tome conta das discussões da Casa logo nos primeiros meses do ano

DEVE SER VOTADO

Reforma do Código Florestal: aprovado no Senado no final de 2011, deve ser um dos primeiros projetos a serem votados na Câmara dos Deputados de forma definitiva este ano

Royalties do Petróleo: a proposta aprovada no Senado em 2011 deverá ser votada na Câmara apesar das contestações dos estados produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo

Funpresp: o fundo de Previdência Complementar dos servidores é tema prioritário para o governo e tem votação prevista para fevereiro.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Questão mais uma vez deve ficar de lado

O clima político do Congresso deve inviabilizar por mais um ano a aprovação de matérias referentes à reforma tributária.

Dentre os projetos de lei em tramitação está a Emenda Constitucional 31-A, de 2007, que altera o Sistema Tributário Nacional e unifica a legislação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**.

Na avaliação de parlamentares, não há um entendimento com governadores para que a proposta seja avaliada, o que dificultará a apreciação dos projetos relacionados ao tema.

A discussão sobre reforma tributária no **Brasil** é antiga, mas pouco tem avançado nos últimos anos, apesar de promessas dos governos.

Segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Pesquisa Tributária), a carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo.

No ano passado, os brasileiros pagaram mais de R\$ 1,5 trilhão em tributos, sendo que a maior parte é referente à cobrança de **ICMS** - previsto em R\$ 300 bilhões -, imposto estadual que incide sobre a comercialização de bens e serviços.

OUTRAS POLÊMICAS

1

Inconstitucionalidade do Fundo dos Estados

A reestruturação dos critérios de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que fixou o dia 31 de dezembro de 2012 como prazo máximo para a aprovação de uma reforma legislativa, prevista em projeto de lei (PL 192/11), que tramita no Congresso.

O FPE transfere da União para estados e o distrito federal cotas fixas da receita arrecadada com IR e IPI, desde 1989. Mas o STF declarou o modelo inconstitucional porque a lei que rege o fundo não estabelece os critérios de distribuição dos recursos.

2

Energia: concessões vencem em 2015

O setor elétrico está no centro das discussões, em especial pela demora do governo em tomar uma decisão em torno do fim dos contratos de concessão das companhias estaduais e federais de energia - caso de Cesp, Cemig e Eletrobrás, que precisarão devolver ativos para a União em 2015.

A Constituição federal determina a realização de nova licitação para a escolha dos operadores, mas esta solução, dizem especialistas, coloca em risco a gestão pública das hidrelétricas, que acabariam indo parar nas mãos da iniciativa privada.

Os estados querem a renovação automática dos contratos.

3

Divergências na Lei Geral da Copa

A Câmara dos Deputados adiou a votação do texto em função de divergências em torno da concessão de meia-entrada para estudantes e idosos e da venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

A aprovação do texto faz parte das prioridades da agenda deste ano..

O governo e a Federação Internacional de Futebol (Fifa) participam das negociações.

Entre outros assuntos, a Lei Geral da Copa também estabelece diretrizes para a venda de pacotes turísticos, para a comercialização de produtos da marca Fifa, assim como dos direitos de transmissão dos jogos.

Negociação exigirá mais do Planalto

Governo terá que ser mais generoso neste ano do que em 2011, que começou com corte de R\$ 50 bilhões no orçamento

A urgência em aprovar projetos polêmicos no Congresso Nacional pode forçar o governo a ser mais generoso na liberação de recursos orçamentários logo no primeiro semestre do ano.

Comprometido com o cumprimento da meta cheia do superávit primário - 3,1% do **PIB** economizado para o pagamento dos juros da dívida pública - o Executivo acabou segurando ao longo do ano passado a liberação de verbas do Orçamento Geral da União para financiar as emendas de parlamentares.

O governo de Dilma Rousseff começou 2011 com um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento. Neste ano, o cenário será o oposto.

Com o Congresso inchado em 2012 e recheado de pendências inadiáveis, a tendência é que o Planalto seja bem mais flexível nas negociações com o legislativo.

Segundo o cientista político Humberto Dantas, professor do Insper, qualquer medida considerada "impopular" deve

ficar em segundo plano na Câmara pelos prejuízos que podem causar nas eleições municipais.

Caso os temas precisem ser encaminhados com urgência, os impasses deverão ser resolvidos bem antes de junho em período distante do início do calendário eleitoral. "As festas juninas costumam ser o sinal que leva ao esvaziamento do Congresso pela força que estes eventos têm principalmente nas regiões Norte e Nordeste", diz Dantas. "O problema é acelerar a tramitação de projetos de lei polêmicos, em um espaço de tempo tão exíguo. Isso acabará custando bem mais caro ao governo."

Na avaliação de Dantas, o governo perdeu a chance que teve em levar a cabo a aprovação de temas **importantes** em um ano ímpar - quando não há eleições -, mesmo contando com uma maioria confortável de parlamentares no Congresso. "O governo acabou se envolvendo em questões políticas demais em um ano que deveria ser reservado para um foco mais firme a essa agenda econômica no Congresso", diz Dantas. Ele se refere às sucessivas crises de corrupção nos **Ministérios** e aos desgastes com o PMDB em questões pontuais como a do apoio dado pelo governo à criação do PSD.

"O Executivo perdeu uma boa chance em 2011 e agora certamente terá um custo muito maior para aprovar as suas urgências."

Clima hostil

O governo ainda terá que colher o ônus de uma negociação política desgastante no final do ano passado para garantir a aprovação no Senado da lei que prorrogou, até 2015, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) - que dá liberdade para a União utilizar 20% da receitas da maneira que quiser.

O acordo feito com os parlamentares inclui a derrubada do texto da Emenda 29 que vincularia 10% das receitas com gastos no Sistema Único de Saúde (SUS).

A estratégia foi classificada como um novo "trato" do governo sobre a oposição, mas que também deixou insatisfeita parte da base aliada.

Segundo um senador governista, o Planalto negociou o tema de forma "imperialista", postura que não será continuamente aceita no Congresso. "Os senadores não estão aqui para aprovar tudo o que o governo quer", avaliou sob a condição de anonimato.

A oposição acredita que não haverá tempo hábil para que todos os projetos de lei sejam apreciados pelo Congresso

em 2012 por conta do risco de contaminação eleitoral dos debates. “Não teremos tempo para dar conta de todas as pendências de 2011”, afirma o líder o PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR).

R.B.N.